

Informação

Projeto de Resolução n.º 1627/XIII (3.ª) BE

Projeto de Resolução n.º 1580/XIII (3.ª) PCP

Discussão ocorrida nos termos do artigo 128.º n.º 1 do RAR, em reunião da Comissão de 27 de junho de 2018

-
- Recomenda ao Governo a tomada de medidas urgentes de reforço do quadro de profissionais e de qualificação física e de equipamento das maternidades Daniel de Matos e Bissaya Barreto, em Coimbra
 - Recomenda ao Governo a adoção de medidas urgentes para o reforço de meios e intervenção nas Maternidades Daniel de Matos e Bissaya Barreto

1. O Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda (BE) tomou a iniciativa de apresentar o Projeto de Resolução (PJR) n.º 1627/XIII (3.ª) e o Partido Comunista Português (PCP) apresentou o Projeto de Resolução (PJR) n.º 1580/XIII (3.ª), ao abrigo do disposto na alínea b) do artigo 156.º (Poderes dos Deputados) da Constituição da República Portuguesa e da alínea b) do n.º 1 do artigo 4.º (Poderes dos Deputados) do Regimento da Assembleia da República (RAR).

2. O PJR n.º 1627/XIII (3.ª), do BE, deu entrada na Assembleia da República a 17 de maio de 2018, tendo sido admitido a 18 de maio, data em que baixou à Comissão de Saúde; o PJR n.º 1580/XIII (3.ª), do PCP, deu entrada a 4 de maio de 2018, foi admitido e baixou à Comissão a 8 de maio.

3. A discussão conjunta ocorreu nos seguintes termos:

O Deputado José Manuel Pureza apresentou o PJR n.º 1627/XIII (3.ª), chamando a atenção para o facto de ter de ser reequacionada a existência das duas maternidades em Coimbra, face à acentuada diminuição da natalidade, por constituir duplicação de recursos. Foi anunciada a criação da nova maternidade, com o propósito de criar economias de escala, mantendo a qualidade, mas não se sabe quando se concretizará. Há uma preocupação muito grande com as duas maternidades em funcionamento, que têm diversos problemas, designadamente o envelhecimento dos profissionais médicos, pois muitos têm já direito a deixar de assegurar urgências. Além da carência de profissionais, verifica-se que as instalações de ambas estão degradadas e são precisas obras de manutenção urgentes, situação que é agravada pela obsolescência tecnológica. O BE recomenda ao Governo que sejam tomadas medidas urgentes para dotar as duas maternidades com os profissionais necessários, que sejam feitas intervenções nas instalações e equipamentos, que seja assumido um compromisso, com cronograma, relativamente à construção da nova maternidade e que a escolha do local seja objeto de discussão técnica prévia e todo o processo acompanhado de informação e discussão públicas.

A Deputada Carla Cruz apresentou o PJR n.º 1580/XIII (3.ª) dando igualmente conta dos constrangimentos e dificuldades com que se debatem estas maternidades, que

Comissão de Saúde

têm perdido valências e carecem de meios materiais e humanos. O PCP denuncia que qualquer processo de fusão das maternidades numa única, vem na lógica do que aconteceu com a fusão dos oito hospitais em Coimbra, e não serve os interesses dos utentes e dos trabalhadores. Pensa que a solução passa pela valorização de cada uma das maternidades, pelo que recomenda ao Governo a realização de intervenções urgentes nas duas, modernizando-as e travando a sua degradação, que sejam contratados profissionais de saúde para ambas e que qualquer decisão que afete o atual funcionamento das maternidades envolva as partes interessadas, designadamente os utentes, os trabalhadores e suas organizações representativas.

A Deputada Fátima Ramos felicitou o BE e o PCP por trazerem esta questão a debate, sendo este um assunto que também preocupa o PSD. Pensa que faltam meios humanos e técnicos nas maternidades e, se não fosse a qualidade dos profissionais, a situação seria bem pior. Urge dar uma solução a esta situação, para a qual a Secção Regional da Ordem dos Médicos também já chamou a atenção. A nova maternidade, prometida pelo atual Ministro em 2016, é muito importante, e foi até criado um grupo de trabalho em março de 2017 para estudar esta questão, mas no final de 2017 não havia estudo nem haviam sido feitos investimentos nas maternidades.

O Deputado João Gouveia recordou que estas maternidades fazem cerca de 5.000 partos/ano, o que é muito relevante. Há vários anos que funcionam em edifícios degradados, com equipamentos deficientes e o investimento no novo hospital foi definido como prioridade da zona centro e está confirmada a vontade política deste Governo. Mas até à concretização deste projeto devem realizar-se os investimentos necessários para que as maternidades funcionem devidamente. Tem dados sobre alguns investimentos em curso, pelo que se lhe afigura que as recomendações destes PJR já estarão na prática a ser seguidas e executadas, embora o ritmo de execução possa não ser o adequado.

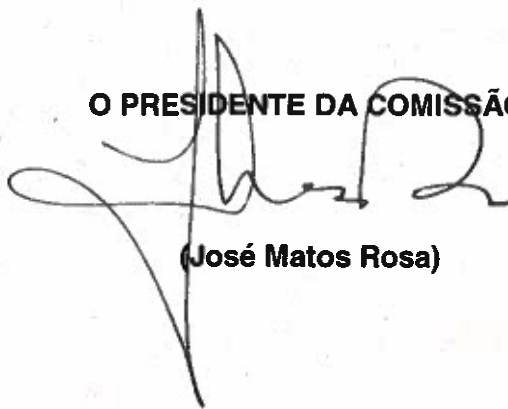
A Deputada Isabel Galriça Neto disse que já em 2016 colocou ao Ministro da Saúde a questão da falta de médicos obstetras e, em 2017, ele disse que estavam garantidas todas as contratações, mas anunciar não é concretizar. Mantêm-se assim as preocupações porque as promessas não foram cumpridas, pelo que o CDS-PP continuará a acompanhar este assunto.

Comissão de Saúde

4. Os Projetos de Resolução n.ºs 1627/XIII (3.ª) BE e 1580/XIII (3.ª) PCP foram objeto de discussão conjunta na Comissão de Saúde, em reunião de 27 de maio de 2018, seguindo a informação relativa a esta discussão para o Presidente da Assembleia da República, nos termos e para os efeitos do n.º 1 do artigo 128.º do Regimento da Assembleia da República.

Assembleia da República, 27 de junho de 2018

O PRESIDENTE DA COMISSÃO,



(José Matos Rosa)